



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS: EXISTE A
POSSIBILIDADE DE TENTATIVA?

Leonardo Marinho Montenegro

Rio de Janeiro
2024

LEONARDO MARINHO MONTENEGRO

CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS:EXISTE
A POSSIBILIDADE DE TENTATIVA?

Artigo científico apresentado como exigência de conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Professores Orientadores: Ubirajara da Fonseca Neto; Rafael Mario Iorio Filho.

Rio de Janeiro
2024

CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS:EXISTE A POSSIBILIDADE DE TENTATIVA?

Leonardo Marinho Montenegro

Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá
Advogado

Resumo – Este trabalho se trata sobre a possibilidade de tentativa nos crimes omissivos impróprios. A tentativa está classificada no artigo 14, II do Código Penal, sendo iniciada a execução, ela não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente. Os crimes omissivos estão classificados no artigo 13, §2º, CP, impróprios são aqueles cometidos por agente garantidor. Na atual sistemática do Direito Penal, em um caso concreto de tentativa na omissão imprópria, existe uma divergência doutrinária sobre a possibilidade de aplicação do instituto. O que se busca com o presente trabalho é afirmar a possibilidade de tentativa na omissão imprópria, mostrando a necessidade de criação de um novo tipo penal, regulamentando e trazendo critérios para delimitar esse instituto.

Palavras-chave – Direito Penal. Crimes omissivos impróprios. Tentativa.

Sumário – Introdução. 1. Crimes omissivos impróprios. 2. Tentativa e critérios de delimitação nos crimes omissivos impróprios. 3. Possibilidade de tentativa nos crimes omissivos impróprios. A união das duas formas de prática criminosa em uma figura, um novo tipo penal. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa examinar a questão da tentativa nos crimes omissivos impróprios, investigando a doutrina e a jurisprudência que cercam o tema, além de refletir sobre as implicações de um possível reconhecimento da tentativa nesta modalidade de crime. A partir dessa análise, pretende-se lançar luz sobre as dificuldades e os desafios interpretativos que envolvem a aplicação do direito penal a essas situações específicas.

Visto que um dos aspectos que geram divergências no estudo dos crimes omissivos impróprios é a possibilidade de tentativa. O Código Penal Brasileiro, ao tratar da tentativa, exige que o agente inicie a execução do crime e persista em seu intento, mas a natureza da omissão e a sua relação com o resultado lesivo abrem espaço para questionamentos: seria possível a tentativa em um crime onde a ação do agente se configura apenas pela ausência de um comportamento esperado?

Pois, pense na seguinte situação: uma mãe decide parar de alimentar seu filho, menor de idade, que por conta de uma deficiência, não poderia se alimentar sozinho, para contribuir com a omissão, a criança fica em outro cômodo da casa, abandonada, chegando a um estado avançado de desnutrição e desidratação. O vizinho percebe a falta da criança e reporta a polícia,

que, imediatamente, intervém na situação a tempo, conseguindo salvar o menor e recuperando-o da desnutrição.

A partir do momento em que a mãe deixa de alimentar o filho fica caracterizado o dolo do homicídio, esse crime não foi consumado por intervenção de terceiro, configurando a tentativa, na forma do artigo 14, II do Código Penal. Sabendo que a mãe tem a função de agente garantidor, isso a coloca em uma condição de omissão impropria, com isso, temos uma tentativa de homicídio pela omissão impropria.

Ocorre que o ordenamento jurídico não tipificou uma solução para esses casos concretos, ficando o seguinte questionamento: qual será o crime imputado a mãe? Existe uma divergência doutrinaria acerca da possibilidade de tentativa na omissão impropria, deixando, claramente, uma lacuna na resolução desses casos.

Tanto a omissão quanto a tentativa são temas marcados por negações, no primeiro o agente deixa de fazer algo exigido pelo ordenamento jurídico e no segundo o resultado típico não pode ser imputado ao agente apesar de ele agir contra a norma jurídica, por serem temas com questões tão particulares existe um certo temor quando o mundo jurídico se depara diante da tentativa na omissão impropria.

Contudo, casos como o exposto acima vem se tornando cada vez mais frequente no judiciário brasileiro, o Superior Tribunal de Justiça, constantemente, passa a reconhecer pela tese da possibilidade de tentativa na omissão impropria, como por exemplo no *Habeas Corpus* 443.740.

O presente trabalho buscará demonstrar a possível solução para essa dificuldade, baseando-se, principalmente, na literatura estrangeira, tendo em vista que é um tema pouco comentado em âmbito nacional.

A essência do labor dogmático é a busca de soluções para problemas reais e concretos, mesmo diante de tanta dificuldade não se pode deixar um caso sem solução. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica.

1. CRIMES OMISSIVOS

Os crimes omissivos representam uma categoria importante dentro da teoria do delito no direito penal, caracterizando-se por situações em que a conduta criminosa não resulta de uma ação positiva, mas de uma omissão, ou seja, pela não realização de um dever jurídico de agir. Em contraste com os crimes comissivos, que envolvem uma ação expressa e voluntária do agente para a produção de um resultado, os crimes omissivos se concentram na falha do agente

em impedir um resultado que deveria ser evitado. Essa omissão, quando punida, resulta na tipificação do delito, com a responsabilização do agente pela não intervenção nas circunstâncias em que ele tinha o dever legal de agir.

A classificação dos crimes omissivos pode ser dividida em duas grandes categorias: os crimes omissivos próprios e os crimes omissivos impróprios. Enquanto nos crimes omissivos próprios a omissão é a própria conduta típica do agente, nos crimes omissivos impróprios a omissão do agente resulta em um resultado tipificado como crime, e esse resultado seria algo que deveria ter sido evitado pela ação do sujeito.

A distinção entre essas duas categorias, embora pareça sutil, tem importantes implicações teóricas e práticas para a interpretação e aplicação do direito penal, especialmente no que diz respeito à análise da responsabilidade e da tentativa em crimes omissivos.

Neste capítulo, será abordada a definição e as características dos crimes omissivos impróprios, com foco nas particularidades que os tornam uma categoria distinta dentro do direito penal. A discussão inicial proporcionará uma base conceitual para entender como a omissão pode ser tratada como uma forma de ação criminosa, e como o direito penal responde a essa modalidade de crime.

Os crimes omissivos impróprios, também conhecido por comissivos por omissão, trazem em sua essência a não execução de uma atividade determinada juridicamente devida do agente. Ou seja, são crimes de evento, tal pois o sujeito deveria evitar ou impedir o injusto, sendo punido com o tipo penal correspondente ao resultado.¹

No entanto, o que torna um delito comissivo por omissão é a posição de garantidor do agente. Dessa maneira, o salva-vidas que assiste, inerte, ao afogamento de um banhista incorre na prática do delito de homicídio (comissão) por omissão. Por isso, os crimes omissivos puros violam um dever legal de agir, enquanto na omissão imprópria o dever de operar do agente decorre de uma norma proibitiva, mas se erige de uma posição garantista. Ou seja, tanto na omissão própria como nos crimes comissivos por omissão (e nos crimes de omissão e resultado, como sugere a classificação tripartida dos delitos omissivos), há a essência de uma omissão, manifestando, todavia, vultuosa relevância na estrutura típica destes delitos.²

Nos crimes omissivos impróprios, a conduta omissiva não consta na redação do tipo penal, portanto, nada mais é do que o não impedimento de um resultado previsto em algum tipo

¹CARRAZZONI JR., José. **Os crimes omissivos impróprios**. Disponível em:

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1677/Os-crimes-omissivos-impropriis>. Acesso em: 20 maio. 2024.

² *Ibid.*

penal comissivo quando o agente está em uma posição de garantidor, regulada pelo art. 13, §2, CP.³

Diante da delicadeza dos delitos omissivos, é necessário tal mapeamento e a diferenciação para os delitos de ação, afirma Juarez Tavares que:

Por isso, ao tratar da omissão, aflora a necessidade de se esclarecer acerca de sua estrutura e punibilidade as quais justificariam sua equiparação à ação. A equiparação não se dá, portanto, porque a doutrina assim a considera como produto de uma evolução científica, mas, sim, porque pretende legitimar a atuação estatal quanto à sua criminalização e punição.⁴

Historicamente a comparação entre omissão e ação sempre esteve presente por serem frutos da evolução que ocorre na teoria do delito, a omissão esteve distante de um sistema penal, sendo confundida com os delitos culposos, ou eram consideradas apenas como omissão impropria.⁵

Porém, o Direito, como um todo, está em constante evolução e a omissão começa a ganhar relevância diante de casos concretos, tendo início, portanto, a autonomia do estudo da omissão, equiparando-a com as condutas comissivas, que estão presentes no âmbito da antijuricidade.

Jescheck, sugere que os crimes omissivos impróprios devem ser denominados “crimes de omissão qualificada” e os crimes omissivos próprios, de “crimes de omissão simples”. Determinada as características típicas presentes na omissão imprópria: os sujeitos devem possuir uma qualidade específica que não é inerente e nem existe nas pessoas em geral. A qualificação aqui não está relacionada ao grau de gravidade, mas às condições especiais do sujeito.⁶

Isso ocorre pela expectativa de ação, ou seja, a ação é um elemento necessário para afirmar a omissão, posto que sem ela como parâmetro chegaria à constatação de que todas as pessoas, em todo momento, omitem uma infinidade de ações possíveis.⁷

³ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei//Del3689.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

⁴ TAVARES, Juarez. **Teoria dos crimes omissivos**. São Paulo. Marcial Pons, 2018, p. 98

⁵ Op Citi. p.99

⁶ TAVARES, Juarez. **Teoria dos crimes omissivos**. UERJ, 2011. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/9246/1/Juarez%20Estevam%20INTEGRA.pdf>. Acesso em 27 maio 2024.

⁷ RIBEIRO, Anderson Filipini. **Crimes comissivos por omissão - Crimes omissivos impróprios, impuros ou promíscuos: consequências práticas ao garantente**. Disponível em: <https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/1819>. Acesso em 6 jun. set. 2024

O dever de agir deve ser captado como um dever geral decorrente do ordenamento jurídico, visto que o próprio ordenamento jurídico determina legal (o chamado dever geral de assistência), ou como obrigação que decorre de vinculação especial entre sujeito e vítima, ou entre esse e a fonte produtora de perigo, de formas que se constitua em garantidor da proteção do bem jurídico com relação àquela pessoa determinada ou àquelas pessoas afetadas pela fonte de perigo (o chamado dever de impedir o resultado). Destacando a complexidade e a interconexão entre as esferas jurídica e moral na tomada de decisões sobre intervenção em situações críticas.⁸

Em suma, o art. 13, CP assegura que a responsabilidade penal seja apoiada em uma conexão real e efetiva entre a ação do agente e o resultado do crime. Isso auxilia a justiça e equidade no sistema legal, propiciando que apenas aqueles que efetivamente contribuíram para a ocorrência do delito sejam responsabilizados por suas ações.⁹

Já o art. 13, §2 do CP descreve expressamente a imposição de um dever legal ao omissor e a possibilidade de ação, dois elementos intrínsecos ao conceito de omissão juridicamente relevante.

Estellita, observa que a posituação das fontes do dever de garantia, na alínea "a" do dispositivo supra, foi elogiada na década de 1980, uma vez que a causalidade na omissão era apenas regulamentada pelo caput do artigo 13, do Código Penal de 1940. Outrossim, guardou-se coerência com a concepção causalista do delito, adotada pela legislação. Todavia, seria indispensável que também fossem previstas fontes com substrato material para justificar a posição de garantia, inclusive sob pena de violação ao princípio da isonomia, previsto constitucionalmente no artigo 5º, caput, da Carta Magna.¹⁰

Da leitura do supramencionado artigo percebe-se que a omissão só será penalmente relevante em casos em que se possa atribuir o dever de agir a um particular.

O poder de agir, deve-se entender como a capacidade que tem o agente para agir com êxito para eliminar o perigo que ronda o bem jurídico, evitando ou tentando evitar a produção do resultado.¹¹

Sendo importante destacar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, onde se assentou a responsabilidade da mãe que tinha ciência da violência sexual (estupro)

⁸ RIBEIRO, Anderson Filipini. **Crimes comissivos por omissão - Crimes omissivos impróprios, impuros ou promíscuos: consequências práticas ao garantente.** Disponível em: <https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/1819>. Acesso em 6 jun. set. 2024

⁹ Ibidem

¹⁰ ARANHA, Rodrigo Domingues de Castro. **A RESPONSABILIDADE PENAL POR OMISSÃO NOS CRIME EMPRESARIAIS.** Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21871/2/Rodrigo%20Domingues%20de%20Castro%20Camargo%20Ara%20nha.pdf>. Acesso em 6 jun. 2024

¹¹ Ibidem

sofrida por sua filha e, no entanto, ao invés de denunciar, ficou-se. Vejamos:

REVISÃO CRIMINAL. DECISÃO CONTRÁRIA AO TEXTO DE LEI. ESTUPRO. VIOLÊNCIA PRESUMIDA. GENITORA. OMISSÃO. CRIME OMISSIVO IMPRÓPRIO. FIGURA DO “GARANTIDOR”. PARTICIPAÇÃO POR OMISSÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO ABUSO. INÉRCIA CONFIGURADA. A omissão pode constituir elemento do tipo penal (crime omissivo próprio ou puro) ou apenas forma de alcançar o resultado previsto em um crime comissivo (crime omissivo impróprio ou comissivo por omissão). Nestes casos, a conduta descrita no tipo é comissiva, mas o resultado ocorre por não o ter impedido o sujeito ativo. No crime omissivo impróprio o resultado pode ser atribuído ao omitente tanto por uma inércia dolosa quanto culposa (desde que também punível a título de culpa). A omissão só é “penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado” (CP, art. 13, § 2.º), colocando-se na figura do “garantidor”. Este tem o dever de engendrar esforços para, ao menos, tentar evitar o resultado. São distintas as figuras da omissão imprópria e da participação por omissão. Enquanto na primeira o “garantidor” age como verdadeiro autor da omissão, da qual decorre o resultado, na segunda o partícipe, desejando resultado, limita-se a se omitir para auxiliar a sua consecução. Somente nesta pode-se cogitar da participação de menor importância. Age com verdadeira omissão dolosa a mãe que – “garantidora” legal do dever de cuidado, zelo e proteção da prole (CP, art. 13, § 2.º, a) – flagra o companheiro abusando sexualmente da filha e a abandona sem tomar qualquer providência. PEDIDO IMPROCEDENTE. (TJ-SC – RVC: 20130303449 SC 2013.030344-9 (Acórdão), Relator: Roberto Lucas Pacheco, Data de Julgamento: 26/11/2013, Seção Criminal Julgado).¹²

As teorias que legitimam os fundamentos objetivos da omissão segundo Juarez Tavares são as teorias funcionalista, em que a questão legitimada está vinculada à solução do problema estabelecida com a expectativa da conduta do autor e de outrem, ao contrário do se tem com a teoria de base naturalista, a funcional parte do pressuposto de que existe uma diferença substancial entre o mundo sensorial e o social. Há também as teorias realistas e epistêmicas, conforme os ensinamentos de Grundmann, a classificação entre essas teorias não implicaria a consideração de que a primeira traz a verdade em face de seu conteúdo naturalístico ou empírico e a segunda, conforme seu enunciado normativo.¹³

Tem-se ainda a teoria da causalidade adequada que de acordo com Johannes von Kries, “causa é a condição mais adequada para produzir o resultado”, fundando-se sua aplicação em um juízo de possibilidade ou de probabilidade à relação causal. Em outras palavras, causa é a condição que produza o resultado de modo previsível, as condições que são imprevisíveis do resultado não são consideradas causa em sentido jurídico.¹⁴

¹² LIMA, Jairo. **Crimes omissivos impróprios e a figura do garantidor**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/crimes-omissivos-improprius/>. Acesso em: 6 jun. 2024

¹³ TAVARES, Juarez. **Teoria dos crimes omissivos**. São Paulo. Marcial Pons, 2018, p. 205

¹⁴ DAL SOCHIO, Roberta Oliveira e SOUZA Paulo Vinicius Sporleder de. **CONSIDERAÇÕES SOBRE A CAUSALIDADE E A IMPUTAÇÃO OBJETIVA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO**. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/consinter/n13/2183-6396-consinter-13-161.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024

Afirma-se que, neste caso, o Código Penal adotou a teoria da causalidade adequada de Von Kries, pois há análise da adequação da conduta criminosa perante o resultado obtido (se o resultado é um desdobramento normal e previsível da conduta).¹⁵

Em síntese, os crimes omissivos impróprios, também conhecidos como comissivos por omissão, apresentam uma singularidade relevante no direito penal, pois envolvem a omissão de um agente que, em virtude de sua posição de garantidor, tem o dever jurídico de evitar um resultado específico. A análise dessa categoria de crimes revela a complexidade que surge ao lidar com a responsabilidade penal pela inação, contrastando com os crimes comissivos que dependem da ação direta do sujeito. A distinção entre os crimes omissivos próprios e impróprios é fundamental para a compreensão da forma como o direito penal atribui responsabilidade pela omissão: enquanto nos crimes omissivos próprios a omissão é a conduta tipificada, nos crimes omissivos impróprios, a omissão resulta em um resultado que seria tipicamente atribuído a uma ação.

2. TENTATIVA E CRITÉRIO DE DELIMITAÇÃO NOS CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS

A tentativa nos crimes omissivos impróprios é um tema de relevância crescente dentro da doutrina penal, principalmente quando se busca compreender as sutilezas e as limitações da aplicação da figura da tentativa a esse tipo de delito. Nos crimes omissivos impróprios, também conhecidos como crimes omissivos impuros ou qualificados, a omissão do agente, ao invés de ser totalmente desprovida de resultado, leva à ocorrência de um resultado lesivo que, por sua natureza, não seria esperado pela simples omissão. Em outras palavras, o agente tem o dever jurídico de agir para evitar um resultado que ele mesmo contribui para causar, seja por omissão voluntária, seja por omissão culposa. O objetivo deste capítulo é explorar a possibilidade da tentativa no contexto dos crimes omissivos impróprios, abordando os critérios que delimitam essa possibilidade e as dificuldades que surgem ao tentar aplicar a tentativa a este tipo específico de delito. O estudo se detém, principalmente, na análise dos requisitos que condicionam a aplicação da tentativa e a maneira como os tribunais e a doutrina se posicionam frente às particularidades desses crimes, que possuem características distintas dos crimes comissivos.

A tentativa é uma figura jurídica amplamente discutida, com implicações importantes na esfera penal, especialmente no que diz respeito às penas aplicáveis e às condições de

¹⁵ AUGUSTO, Victor. **Art. 13 – Causalidade, teoria da equivalência dos antecedentes e concausas relativa e absolutamente independentes**. Disponível em: <https://indexjuridico.com/art-13/>. Acesso em: 10 jun.2024

responsabilização do agente. Contudo, a aplicação da tentativa aos crimes omissivos impróprios suscita um campo de controvérsias, uma vez que a própria natureza da omissão, caracterizada pela não realização de um dever de ação, entra em confronto com o conceito tradicional de tentativa, que exige um comportamento ativo em direção à consumação do crime. Nesse sentido, a análise das circunstâncias em que se pode falar em tentativa nesse tipo de crime exige uma abordagem detalhada, que considere tanto os aspectos teóricos da criminologia como a prática judiciária.

O instituto da tentativa está previsto no art. 14, II, CP¹⁶ e, é caracterizada como uma norma jurídica incompleta no tipo objetivo e completa no tipo subjetivo. Isto é, no aspecto objetivo, a tentativa não se concretiza plenamente, pois não chega à consumação do crime. Em contrapartida, no aspecto subjetivo, a tentativa é plenamente configurada, pois o agente possui a vontade e a intenção de realizar o crime, mesmo que este não seja efetivamente consumado. Podemos ver, de maneira respectiva, o que o legislador considera tentativa.

A tentativa é um produto da análise do iter criminis, em outras palavras, ao iniciar o ato executório o agente pretende, na realidade, consumir o crime. Porém, em algumas situações não conseguem concluir o delito. Ou seja, há dolo no cometimento do crime.¹⁷

Segundo Felipe Longobardi a tentativa pode ser conceituada como a realização de um ato humano com objetivo, um projeto ou deia diverso deste agir, mas que não é atingido.¹⁸

Quanto a natureza jurídica, a tentativa é causa de diminuição de pena prevista na parte geral. Trata-se, ainda, de uma norma de extensão (ou norma de adequação típica indireta/mediata). Sendo a estrutura normativa da tentativa a mesma que a da consumação.¹⁹

Vale ressaltar que a tentativa possui quatro espécies, sendo elas: branca ou incruenta (caso clássico de tentativa, o agente não consegue atingir o seu objetivo final); vermelha ou cruenta, (o agente chega na conclusão do seu ato, porém o objetivo pretendido não se demonstra concluído); perfeita ou acabada, (caracterizada pela insistência do agente criminoso para

¹⁶ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso em: 15 ago. 2024

¹⁷ FACHINI, Thiago. **Tentativa no Direito Penal: tudo o que você precisa saber!** Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/tentativa-direito-penal/>. Acesso em: 15 ago. 2024

¹⁸ CAMPANA, Felipe Longobardi, Juarez. **A tentativa nos crimes omissivos: um estudo sobre o desvalor da conduta na omissão**. Rio de Janeiro. Marcial Pons, 2023, - (Coleção reflexões jurídicas/ coordenação Luís Greco, Adriano Teixeira), p. 94

¹⁹ MARTINS, Ivo Fernando Pereira. **Tentativa (Direito Penal): Resumo Completo**. Disponível em: <https://direitodesenhado.com.br/tentativa-direito-penal/>. Acesso em: 15 ago. 2024

consolidação do crime); imperfeita ou inacabada (o agente, não consegue utilizar todos os meios existentes para consolidação do crime).²⁰

A teoria adotada pelo Código Penal em relação a punibilidade do crime tentado é a objetiva, com a diminuição da pena.²¹

Importante frisar que nos crimes de omissão própria não cabe tentativa visto que a omissão configura a consumação. Mas se o sujeito age de acordo com o comando da lei, não pratica o fato típico. Enquanto no crime impróprio é possível a tentativa, já que o agente tem um dever específico, e responde pelo resultado.²²

Isso porque nos crimes omissivos impróprios não há um nexo casuístico, não sendo suficiente para a atribuição da responsabilidade penal. Conclui-se que na omissão imprópria não se tem uma conduta descrita como omissiva, pois a omissão nestes casos é somente a condição sine qua non para que ocorra um fato típico, por isso o garantidor não responde por ter causado o crime, e sim, por não o impedir quando podia.²³

Portanto, no caso da tentativa, os arts. 14, caput, II, 15 e 17, ambos do CP, em se tratando dos da tentativa nos crimes omissivos impróprios, devem ser combinados com a regra do art. 13, § 2º, também do CP.²⁴

Parte da doutrina obsta essa possibilidade, tendo como principais argumentos três clássicos de interpretação que tratam de questões literais, sistemáticas e teleológicas. As principais razões daqueles que a negam a existência da tentativa omissiva imprópria está baseada no conceito de crime tentado do Código Penal que seria aplicável apenas aos delitos praticados por meio de ações, logo, nos crimes comissivos por omissão, não haveria execução, mas tão somente o início de uma ação, ou seja, do cumprimento de um dever jurídico de agir.²⁵

Observe que um crime de resultado pode tanto ser um crime de lesão como um crime de perigo concreto, em outras palavras, as situações de perigo concreto também podem

²⁰ FACHINI, Thiago. **Tentativa no Direito Penal: tudo o que você precisa saber!** Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/tentativa-direito-penal/>. Acesso em: 15 ago. 2024

²¹ MARTINS, Ivo Fernando Pereira. **Tentativa (Direito Penal): Resumo Completo.** Disponível em: <https://direitodesenhado.com.br/tentativa-direito-penal/>. Acesso em: 15 ago. 2024

²² LIMA, Jairo. Crimes omissivos impróprios e a figura do garantidor. **Jusbrasil**, [s.l.], 23 abr. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/crimes-omissivos-improprius-e-a-figura-do-garantidor/700283643>. Acesso em: 31 ago. 2024.

²³ *Ibid.*

²⁴ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941.** Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso em: 31 ago. 2024

²⁵ GOES, Guilherme e SANTIN, Janice. **A tentativa na omissão imprópria: um esboço sobre a delimitação entre atos preparatórios e início da execução.** Disponível em: <https://www.arqcom.uniceub.br/RBPP/article/download/8837/pdf>. Acesso em: 10 out.2024

configurar uma forma de resultado e não apenas os casos em que há uma lesão material. Destarte, o Direito Penal puna a não intervenção em processos causais perigosos a bens jurídicos.²⁶

Sendo assim, é possível a punição da tentativa nos crimes omissivos impróprios, restando identificar o momento em que ela se inicia. A delimitação da fronteira entre atos preparatórios e tentativa na omissão imprópria diferentemente do que ocorre nos crimes comissivos, o agir do autor não corresponde a uma combinação de diferentes atos que levam ao resultado, mas a uma simples e constante inatividade. Analise o caso concreto: uma mãe decide parar de alimentar seu filho menor de idade, criança portadora de deficiência física grave, que o impede de se alimentar sozinho ou mesmo de se movimentar. Essa privação dura mais de dez dias, deixando a criança em um severo estado de desnutrição e desidratação.²⁷

A primeira corrente defende que o garante que reconhece o perigo e decide evoluir em direção ao resultado punível do autor comissivo que, de acordo com o seu plano delitivo, fez todo o necessário e aguarda a consumação. De acordo com essa visão, não haveria motivos para prolongar a fase preparatória, a instantânea punição se justificaria porque nada garantiria que o autor pudesse agir em um momento posterior para salvar.

Já a segunda construção dispõe que a tentativa também se inicia na primeira omissão, no começo da ocorrência da determinação de agir. Conforme essa teoria o início da tentativa nos crimes comissivos não se confundiria com o dos omissivos posto que no primeiro, a execução parte de uma decisão individual do autor de agir contra o bem jurídico e no segundo, ocorre quando um mandamento comportamental passasse a exigir o atuar do omitente, ou seja, ela não se originaria da decisão do autor, mas da lei.²⁸

Na omissão imprópria, a tentativa teria como ponto inicial o momento em que se inicia o período de incidência do mandamento segundo o qual o autor deveria agir, mas ele se recusa, significando que a tentativa começa com o primeiro descumprimento do dever de agir ou ao deixar passar a primeira possibilidade de ação. Diante do exposto, no caso concreto supracitado a tentativa estreia com a primeira privação de alimento, não sendo necessária uma real colocação da vida da criança em risco.²⁹

²⁶ GOES, Guilherme e SANTIN, Janice. **A tentativa na omissão imprópria:** um esboço sobre a delimitação entre atos preparatórios e início da execução. Disponível em: <https://www.arqcom.uniceub.br/RBPP/article/download/8837/pdf>. Acesso em: 10 out.2024

²⁷ *Ibid.*

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Ibid.*

Em suma, para a tentativa ser configurada, o agente deve ter a intenção de produzir o resultado, mas, por algum motivo, não o consuma. No caso dos crimes omissivos impróprios, a tentativa estaria vinculada ao não cumprimento de um dever de agir, com o agente respondendo pelo resultado que poderia ter sido evitado. A doutrina penal se divide quanto à possibilidade de tentativa em crimes omissivos impróprios, sendo que algumas correntes negam essa possibilidade com base na interpretação literal do Código Penal, que relaciona a tentativa a crimes comissivos. Outras correntes, no entanto, argumentam que a tentativa nos crimes omissivos impróprios pode ser configurada quando o agente descumpre o dever legal de agir, o que caracteriza a iniciação do crime e possibilita sua punição. Apesar da controvérsia, a tentativa é aplicável nos crimes omissivos impróprios, devendo-se identificar o momento inicial da tentativa, que se dá a partir do descumprimento do dever de agir, sendo relevante para a responsabilização penal do agente.

3. POSSIBILIDADE DA TENTATIVA NOS CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS: A UNIÃO DAS DUAS FORMAS DE PRÁTICA CRIMINOSA EM UMA FIGURA, UM NOVO TIPO PENAL

Este capítulo tem como objetivo explorar a possibilidade de aplicação da tentativa aos crimes omissivos impróprios, investigando a união das duas formas tradicionais de prática criminosa: a omissão e a ação comissiva em uma figura única. Buscando refletir sobre os fundamentos doutrinários e as implicações práticas dessa união, que poderia resultar em uma nova tipificação penal, capaz de reconfigurar a forma como a tentativa é percebida no âmbito do direito penal.

Nos crimes omissivos impróprios, a omissão do agente não é total, mas sim parcial, uma vez que o resultado típico é causado pela falha de ação do agente em cumprir um dever jurídico imposto pela norma. A tentativa, por sua vez, é uma figura jurídica comumente associada a crimes comissivos, nos quais o agente realiza um comportamento ativo com a intenção de consumir o crime, mas não consegue alcançar o resultado esperado. A questão central é como adaptar e reconhecer a tentativa também nos crimes omissivos impróprios, que, por sua natureza, envolvem um comportamento omissivo, a falha em evitar o resultado esperado.

Em vista disso, nos crimes omissivos impróprios, "o agente não age por ação, mas por omissão qualificada, isto é, omite-se de um dever específico de agir", o que implica uma forma

diferenciada de responsabilização penal, pois a omissão do agente dá início ao processo que levaria ao resultado criminoso.³⁰

Segundo Nucci, a tentativa pode ser aplicada aos crimes omissivos impróprios quando há um dever de agir do agente, caracterizando uma situação híbrida entre omissão e ação, pois o agente iniciou a omissão, estando em fase inicial do processo de execução, o que configura a tentativa.³¹

Os crimes omissivos são aqueles em que o agente é punido não porque perpetra uma ação, mas sim porque deixa de realizar o que lhe é juridicamente ordenado, ou seja, não atende aquilo que a lei lhe impõe como necessário a se perpetrar. Constituem-se, em síntese, em uma abstenção, um não fazer, ou seja, uma inatividade. Como referido, subdividem-se os crimes omissivos em próprios e impróprios.³²

A mera omissão não externa o desdém penalmente reprovável, haja visto que a conduta só demonstrar-se-á criminosa no momento que enseja o dano, caso contrário, não irá além da reprovação moral. Assim, a omissão, para que seja punida, sempre estará condicionada ao resultado, constituindo, antes dele, um indiferente penal. Este é o entendimento de Damásio:

Crimes omissivos impróprios (ou comissivos por omissão) são aqueles em que o sujeito, mediante uma omissão, permite a produção de um resultado posterior, que os condiciona. Nesses crimes, em regra, a simples omissão não constitui crime. É o exemplo da mãe que deixa de alimentar o filho, causando-lhe a morte.³³

Porém, há autores que negue a existência da tentativa omissiva imprópria de acordo com a alegação cujo conceito de crime tentado previsto no Código Penal seria aplicável apenas aos delitos praticados por meio de ações. Pois os delitos omissivos impróprios estariam fundamentados em um dever de agir para a evitação do resultado, o que os tornaria, assim, incompatíveis com a ideia de “execução”, de forma que o termo “início da execução” pressuporia, necessariamente, uma atuação comissiva, dessa forma, nos crimes comissivos por omissão, não haveria execução, somente o início de uma ação mandada, ou seja, o cumprimento de um dever de agir.³⁴

³⁰BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Direito%20Penal%20I%20-%20Cesar%20Roberto%20Bitencourt.pdf>. Acesso em 20 out. 2024

³¹NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/131861/codigo_penal_comentado_nucci_23.ed.pdf. Acesso em: 20 out. 2024

³²SOUZA, Luciano Anderson de. **Omissão - Parte II - Teoria Geral do Delito**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/11-omissao-parte-ii-teoria-geral-do-delito-direito-penal-ed-2019/1294656828>. Acesso em: 20 out. 2024

³³FILHO, Ney Wagner Ribeiro. **Da possibilidade da tentativa nos crimes conforme a conduta**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2124/da-possibilidade-da-tentativa-nos-crimes-conforme-a-conduta/3>. Acesso em 25 out. 2024

³⁴BUSATO, Paulo. **Direito Penal: parte geral**. 6. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022. p. 472

Entretanto, essa ideia parece ignorar parte importante da redação legal, visto que o termo execução não necessariamente é um sinônimo para “atuar” ou “agir”, a palavra execução refere-se a uma das fases de um crime. Além disso, não se pode ignorar que a lei, na verdade, fala em “iniciada a execução” e não apenas em “execução”; a expressão deve ser lida como um todo, não apenas seu último vocábulo.³⁵

Disso decorrem duas consequências relevantes já que gramaticalmente, o termo está redigido na voz passiva, não havendo determinação de quem a inicia e contextualmente, o início não precisa ter sido praticado pelo autor ou mesmo por um movimento corporal, basta que algo ou alguém tenha iniciado a execução. Os termos “execução” e “iniciada a execução” comportam a possibilidade de omissão e aqueles que a negam recorrem a uma interpretação restritiva, buscando de alguma forma excluí-la do âmbito da norma. Inexistem argumentos textuais que realmente justifiquem essa exclusão; pelo contrário, é possível reconhecer a tentativa nos crimes omissivos impróprios.³⁶

Um segundo critério de interpretação, embora não apareça nas discussões sobre o tema, é a intenção do legislador. Em vista disso, tanto os autores comissivos como os omissivos são destinatários das normas penais. Aparenta que o legislador objetiva algo distinto para as normas da tentativa, ele teria regulado explicitamente a exclusão dos casos omissivos impróprios. Sob a perspectiva histórica, consta que ou o legislador não expressou qualquer posição sobre o tema ou, como consequência de sua definição de crime, as normas da tentativa também se aplicam às omissões impróprias.³⁷

Existe outro argumento contrário ao reconhecimento dessa forma de tentativa, que apesar de aparentar estar disfarçada de interpretação gramatical é regida pelos princípios da interpretação sistemática. Posto que há autores que defendam a redação da tentativa, por falar somente em “agentes”, estaria direcionada apenas aos crimes comissivos, especialmente quando se percebe que no artigo anterior há menção expressa aos “omitentes” (art. 13, § 2º).³⁸

Entretanto, ignora por completo o fato de que o Código Penal utiliza a palavra agente como gênero para ação e omissão. Vezes a lei aponta, expressamente, o reconhecimento da ação e da omissão sob o termo agente, e em outras ela exige que se pressuponha, por razões lógicas, que tanto o agente quanto o omitente estejam sujeitos à aplicação daquela norma, arts.

³⁵GOES, Guilherme e SANTIN, Janice. **A tentativa na omissão imprópria**: um esboço sobre a delimitação entre atos preparatórios e início da execução. Disponível em: <https://www.arqcom.uniceub.br/RBPP/article/download/8837/pdf>. Acesso em: 25 out.2024

³⁶ *Ibid.*

³⁷ *Ibid.*

³⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2017. v. 2. p. 568

2º, parágrafo único ou 18, caput, I, do CP, quem ousaria dizer que os omitentes não podem ser favorecidos com a descriminalização de condutas para fins das regras da lei penal no tempo? Ou, ainda, que a definição de dolo não se aplica aos casos de omissão?³⁹

O Código recorre à palavra “omitente” uma única vez, no art. 13, § 2º, CP pois o dispositivo trata estritamente dos crimes omissivos impróprios. Seria ilógico que ele assim não o fizesse, pois o único sentido possível é de que essa norma seja aplicada apenas àqueles que se omitem. Portanto, uma interpretação sistemática não impede o reconhecimento da tentativa omissiva imprópria.⁴⁰

Outro entendimento doutrinário é contrário à possibilidade da tentativa omissiva imprópria posto que a tentativa se configura pela não concretização do resultado típico desejado pelo autor e não há razão para a punição a título de omissão, uma vez que o omitente deve, justamente, impedir o resultado. Retirando o pressuposto de punição, inexistente a possibilidade de punir. Esse argumento não é válido pois tem por base dois equívocos.⁴¹

O primeiro está no fato de que a lei prevê que o omitente tem o dever de impedir o resultado, o que não significa que ele será punido tão e somente quando este resultado ocorrer, da mesma forma como os autores comissivos não são punidos apenas pelos delitos consumados, muito embora diversas normas exijam resultados lesivos concretos.

O segundo seria a confusão entre os conceitos “resultado” e “lesão/dano”. Um crime de resultado pode tanto ser um crime de lesão como um crime de perigo concreto. A norma que estende a punição da tentativa justifica exatamente a punição de comportamentos considerados perigosos e que não necessariamente chegam a concretizar a lesão. Por isso, o Direito Penal pune a não intervenção em processos causais perigosos a bens jurídicos. Em conclusão, há quem queira usar o argumento de que seria impossível reconhecer a tentativa nos crimes omissivos impróprios diante da dificuldade de determinar, nessas situações, o momento correspondente ao começo da execução.⁴²

Isto posto, a ideia da aplicabilidade da tentativa nos crimes omissivos impróprios pode ser demonstrada através de um exemplo concreto. Suponha-se que um motorista presencia um acidente de trânsito e decide imediatamente ajudar a vítima. No entanto, por razões fora de seu

³⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2017. v. 2. p. 568

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ GOES, Guilherme e SANTIN, Janice. **A tentativa na omissão imprópria: um esboço sobre a delimitação entre atos preparatórios e início da execução**. Disponível em: <https://www.arqcom.uniceub.br/RBPP/article/download/8837/pdf>. Acesso em: 30 out.2024 25 out.2024

⁴² BUSATO, Paulo. **Direito Penal: parte geral**. 6. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022. p. 472

controle, como o tempo escasso, a distância ou o fato de não conseguir acessar a vítima devido ao bloqueio de outros veículos, ele não consegue evitar o agravamento da lesão da vítima. Neste caso, o motorista iniciou uma ação (tentar socorrer a vítima), mas a impossibilidade de consumá-la devido a fatores externos poderia ser vista como uma tentativa falha. Este caso ilustra a ideia de uma tentativa que resulta em omissão, uma vez que o agente, embora tenha se omitido quanto ao resultado, iniciou um movimento ativo no sentido de evitar o dano. Se tomarmos a concepção de que a tentativa envolve o início da execução de um crime, então a tentativa falha de ação, com o posterior retorno ao estado de omissão, poderia ser tratada como uma forma de tentativa, sem que isso descaracterizasse a omissão imprópria. Isso demandaria, entretanto, uma mudança na interpretação da omissão, considerando-a não como um simples ato de não agir, mas como uma falha em um ato de tentativa.

Assim, embora a teoria da tentativa nos crimes omissivos impróprios seja interessante do ponto de vista conceitual, ela traz consigo desafios práticos significativos que precisam ser enfrentados para que uma reforma legislativa ou uma mudança na jurisprudência possa ser viabilizada.⁴³

O principal desafio jurídico presente nos crimes omissivos impróprio e a tentativa está na dificuldade de provar, pois nos crimes comissivos, a tentativa é reconhecida a partir de ações concretas que evidenciam o início da execução do crime. No caso dos crimes omissivos impróprios, todavia, o agente pode ser acusado de omitir-se sem que haja qualquer ação que evidencie claramente a tentativa de evitar o resultado. A interpretação do momento de início da execução em um crime omissivo impróprio, portanto, seria particularmente complexa. Como comprovar que o agente realmente iniciou a tentativa de ação e não apenas se omitiu de forma passiva ou como diferenciar uma tentativa genuína de uma omissão desprovida de qualquer intenção de evitar o resultado? Essas questões exigiriam um refinamento nas técnicas probatórias e uma evolução nos critérios de prova.

A introdução da tentativa nos crimes omissivos impróprios poderia exigir uma mudança legislativa, que estabelecesse claramente as condições e os critérios para a aplicação desse novo tipo penal. Contudo, isso exigiria um consenso doutrinário e jurisprudencial robusto, já que a concepção tradicional de omissão e tentativa no direito penal está bem consolidada. A criação de um novo tipo penal envolvendo a tentativa de omissão dependeria da aceitação da doutrina

⁴³ GOES, Guilherme e SANTIN, Janice. **A tentativa na omissão imprópria**: um esboço sobre a delimitação entre atos preparatórios e início da execução. Disponível em: <https://www.arqcom.uniceub.br/RBPP/article/download/8837/pdf>. Acesso em: 30 out.2024 25 out.2024

e dos tribunais, além da evolução do entendimento sobre a relação entre omissão e ação no contexto penal.⁴⁴

Em suma, a aplicação da tentativa nos crimes omissivos impróprios, apesar de desafiadora, abre novas possibilidades para o direito penal, permitindo um tratamento mais equitativo e flexível para situações em que o agente falha ao tentar evitar um resultado, mas ainda assim demonstra a intenção de agir. A proposta não apenas contribuiria para uma aplicação mais justa da pena, mas também indicaria um avanço na compreensão dos fenômenos da ação e omissão no campo penal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo a natureza dos crimes omissivos impróprios, abordando a questão da tentativa, um tema complexo que desafia as categorias tradicionais do direito penal. A análise inicial evidenciou que os crimes omissivos impróprios, ao contrário dos crimes omissivos próprios, exigem uma atuação por parte do sujeito para evitar o resultado de perigo ou dano à vítima. No entanto, essa omissão é tratada como uma ação penalmente relevante, o que traz desafios interpretativos.

Discutiu-se os critérios de delimitação da tentativa, abordando os requisitos objetivos e subjetivos que caracterizam a tentativa em crimes com conduta omissiva. Nesse ponto, ficou claro que, embora a tentativa seja tradicionalmente ligada à conduta comissiva, sua aplicação aos crimes omissivos impróprios exige uma reinterpretação das noções de início de execução e iminência de dano.

Ao examinar a possibilidade de tentativa nos crimes omissivos impróprios, concluímos que, embora a doutrina majoritária tenha se mostrado cautelosa, é possível reconhecer a tentativa nesses crimes, desde que o agente tenha iniciado a execução do comportamento omissivo e tenha agido com dolo, sem a concretização do resultado. A união de elementos típicos da omissão e da tentativa resulta na criação de uma nova figura penal que reflete a complexidade dos comportamentos delituosos no contexto moderno, onde as fronteiras entre a ação e a omissão se tornam cada vez mais tênues.

⁴⁴ CAMPANA, Felipe. **A tentativa nos crimes omissivos: um estudo sobre o desvalor da conduta na omissão.** Disponível em: https://www.academia.edu/111444794/A_tentativa_nos_crimes_omissivos_um_estudo_sobre_o_desvalor_da_conduta_na_omiss%C3%A3o. Acesso em: 30 out. 2024

A tentativa poderia ser reconhecida nesses casos quando o agente inicia o processo omissivo, estando em fase inicial de execução, como destacado por alguns doutrinadores. A ideia central é que a tentativa não precisa estar restrita a crimes comissivos, já que o início de execução também pode ocorrer em omissões, desde que o agente demonstre a intenção de evitar o resultado.

Apesar de algumas correntes doutrinárias negarem a possibilidade de tentativa em crimes omissivos impróprios, argumentando que a execução só poderia ser iniciada por uma ação, a análise gramatical e contextual do Código Penal permite a interpretação de que a tentativa pode ser aplicável, mesmo em casos omissivos. A tentativa não depende exclusivamente de uma ação, mas de um movimento que inicie a execução do crime, o que é possível nos crimes omissivos impróprios. Em termos práticos, a aplicação da tentativa nesses casos enfrenta desafios, como a dificuldade de comprovar o início da execução de uma omissão. Além disso, seria necessário um aprimoramento nas técnicas probatórias para distinguir uma tentativa genuína de uma omissão sem intenção de evitar o resultado.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Rodrigo Domingues de Castro. **A responsabilidade penal por omissão nos crimes empresariais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21871/2/Rodrigo%20Domingues%20de%20Castro%20Camargo%20Aranha.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2024.
- AUGUSTO, Victor. Art. 13 – Causalidade, teoria da equivalência dos antecedentes e concausas relativa e absolutamente independentes. **Index Jurídico**, [s.l.], 11 jan. 2019. Disponível em: <https://indexjuridico.com/art-13/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Direito%20Penal%20I%20-%20Cesar%20Roberto%20Bitencourt.pdf>. Acesso em 20 out. 2024.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.
- BUSATO, Paulo. **Direito Penal: parte geral**. 6. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022.
- CAMPANA, Felipe Longobardi, Juarez. **A tentativa nos crimes omissivos: um estudo sobre o desvalor da conduta na omissão**. Rio de Janeiro: Marcial Pons, 2023. (Coleção Reflexões Jurídicas/ coordenação Luís Greco, Adriano Teixeira).

CARRAZZONI JR. José. Os crimes omissivos impróprios. **Direito Net**, [s.l.], 30 jul. 2004. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1677/Os-crimes-omissivos-improprius>. Acesso em: 20 maio 2024.

DAL SOCHIO, Roberta Oliveira; SOUZA Paulo Vinicius Sporleder de. Considerações sobre a causalidade e a imputação objetiva no Direito Penal brasileiro. **Revista Internacional Cosinter de Direito**, Paraná, v. 7, n. 13, p. 163 - 185, 2021. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/consinter/n13/2183-6396-consinter-13-161.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FACHINI, Thiago. Tentativa no Direito Penal: tudo o que você precisa saber! **Projuris**, [s.l.], 1 jul. 2022. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/tentativa-direito-penal/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

FILHO, Ney Wagner Ribeiro. Da possibilidade da tentativa nos crimes conforme a conduta. **Jus.com.br**, [s.l.], 1 out. 2001. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2124/da-possibilidade-da-tentativa-nos-crimes-conforme-a-conduta/3>. Acesso em 25 out. 2024.

GOES, Guilherme e SANTIN, Janice. A tentativa na omissão imprópria: um esboço sobre a delimitação entre atos preparatórios e início da execução. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [s.l.], v.13, n.1, abr.2023. Disponível em: <https://www.arqcom.uniceub.br/RBPP/article/download/8837/pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

LIMA, Jairo. Crimes omissivos impróprios e a figura do garantidor. **Jusbrasil**, [s.l.], 23 abr. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/crimes-omissivos-improprius-e-a-figura-do-garantidor/700283643>. Acesso em: 31 ago. 2024.

MARTINS, Ivo Fernando Pereira. Tentativa (Direito Penal): Resumo Completo. **Direito Desenhado**, [s.l.], 11 jun. 2022. Disponível em: <https://direitodesenhado.com.br/tentativa-direito-penal/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/131861/codigo_penal_comentado_nucci_23.ed.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

RIBEIRO, Anderson Filipini. Crimes comissivos por omissão - Crimes omissivos impróprios, impuros ou promíscuos: consequências práticas ao garantente. **Revista Internacional Cosinter de Direito**, Paraná, 2024. Disponível em: <https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/1819>. Acesso em 6 jun. set. 2024.

SOUZA, Luciano Anderson de. Omissão - Parte II - Teoria Geral do Delito. **Jusbrasil**, [s.l.], [2019?]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/11-omissao-parte-ii-teoria-geral-do-delito-direito-penal-ed-2019/1294656828>. Acesso em: 20 out. 2024.

TAVARES, Juarez. **Teoria dos crimes omissivos**. São Paulo: Marcial Pons, 2018.

ZAFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2017. v. 2.